



ANEXO XIII – ATO DE JUSTIFICATIVA DA CONCESSÃO

(Publicado em 28/11/2019 no Diário Oficial do Município)

Considerando o artigo 175 da Constituição Federal que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos;

Considerando a Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para os serviços de saneamento básico, estando inseridos neste conceito os serviços de abastecimento de água, reafirmando a competência do Poder Público para a oferta desses serviços de modo eficiente, adequado e satisfatório em atendimento ao interesse público e às necessidades dos usuários;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 6.436/2017 (Plano Municipal de Saneamento Básico) e suas eventuais alterações, que estabelecem diretrizes específicas para ordenamento, estruturação e disponibilização dos serviços de abastecimento de água com objetivos e metas a serem cumpridas pela Administração para alcançar a universalidade de acesso a todos os usuários do sistema de água do Município;

Considerando que os serviços de saneamento básico atualmente são prestados diretamente pelo Município de Birigui, dentro dos limites traçados em Lei e que, atualmente, o Município tem como meta expandir os sistemas de abastecimento de água;

Considerando o disposto nas Leis Municipais nº 6.436/2017 e nº 3.133 de 28 de junho de 1994, o Decreto Municipal nº 6.302, de 7 de março de 2019, na forma do art. 2º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 e da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis, que autorizam o Município a delegar a prestação dos serviços objeto da presente concessão, através de procedimento licitatório, observadas as condições que especifica;

Considerando os estudos de viabilidade técnica e econômica que concluíram pela necessidade de investimentos da ordem aproximada de **R\$ 34.260.038,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta mil e trinta e oito reais)**, para que sejam cumpridos os princípios fundamentais estabelecidos na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, para a prestação dos serviços de abastecimento de água de forma adequada e eficiente;

Considerando que o Município é o responsável pelo planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de abastecimento de água e estabeleceu normas para a prestação adequada dos serviços e regulação para satisfação dos usuários, garantindo o cumprimento das condições e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, prevenindo e reprimindo o abuso do poder econômico e definindo tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do futuro contrato e modicidade tarifária, conforme Lei Municipal nº 6.436/2017.

Considerando os estudos, discussões, deliberações e a participação popular em audiências públicas realizadas, que objetivou o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

O Prefeito do Município de Birigui, Estado de São Paulo, Chefe do Poder Executivo Municipal, com fundamento nos artigos 5º e 16 Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, vem apresentar a justificativa da conveniência da delegação, mediante concessão, dos serviços públicos



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

de captação de água do Município, que compreende: a) construção, otimização, operação e manutenção dos sistemas de captação de água identificados, até os respectivos instrumentos de medição.

De acordo com o previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico e com as conclusões obtidas no Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira da Concessão, analisando as vantagens e desvantagens dos vários modelos de gestão para a prestação dos serviços de saneamento básico, autoridades municipais concluíram como mais adequado à população de Birigui a realização de licitação pública para contratar empresa concessionária, em face das expressivas vantagens que essa modalidade institucional propicia, especialmente em contraste com o grande volume de incertezas associadas às demais alternativas, especialmente as relacionadas à manutenção da prestação de serviços por órgão municipal ou mesmo de eventual contrato de programa com entidade estadual em regime de cooperação interfederativa.

Na alternativa representada pela concessão, nos moldes da Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, a concessionária ficará sempre subordinada ao controle municipal e da entidade de regulação, a ser exercida por órgão regulador especificamente destinado para exercer as funções de regulação e fiscalização, assegurando, dessa forma o equilíbrio que deve subsistir entre os direitos e deveres do Poder Público, dos usuários e da concessionária, conforme dispõe a mencionada lei federal.

A opção pela concessão se justifica pela sua intrínseca capacidade de permitir, em regime de eficiência contratual, a realização dos investimentos necessários para a construção da infraestrutura dos sistemas de captação de água e para a prestação do serviço de fornecimento de água nos termos da legislação pertinente.

Vale ressaltar que a remuneração devida ao concessionário será definida no contrato de concessão a partir de valor máximo a ser previamente estipulado pelo Município, que indica que seus valores serão fixados em plena observância à modicidade tarifária e à sustentabilidade econômico-financeira do serviço. Ademais, fator relevante é o fato de que a população poderá efetivamente contar com a realização dos investimentos para a prestação de serviço adequado segundo a lei, garantindo assim condições corretas de preservação da saúde pública e do meio ambiente e ensejando perspectivas seguras para o desenvolvimento social e econômico e o bem-estar da população de Birigui.

Birigui/SP, 27 de MAIO de 2023.

LEANDRO MAFFEIS MILANO

Prefeito Municipal